

ARQUITETURA VERNÁCULAR E A CULTURA RIBEIRINHA NO MUNICÍPIO DE ANAMÃ/AM

Vinicius Lima Oliveira

Mestrando; Universidade de São Paulo | viniciuslimao@usp.br

Mariana Souza Lima

Obstetriz; Universidade de São Paulo | mari_souzalima@usp.br

EIXO TEMÁTICO: (4) Usos, Técnicas e Espaços

Resumo: Este artigo analisa a arquitetura vernacular ribeirinha no município de Anamã/AM, compreendendo-a como expressão material de um modo de vida estruturado pela relação direta entre população, rio e ambiente natural. A partir do conceito de ribeirinidade, o estudo investiga como as palafitas e construções flutuantes configuram não apenas soluções técnicas frente à sazonalidade das águas amazônicas, mas também formas de organização espacial, social e cultural próprias desse território. A metodologia baseia-se na revisão bibliográfica e iconográfica, complementada com trabalho de campo realizado em agosto de 2025, adotando-se uma abordagem de narrativa fenomenológica, envolvendo observação do cotidiano ribeirinho e das práticas construtivas locais. Os resultados evidenciam que a arquitetura ribeirinha de Anamã é fruto de saberes tradicionais transmitidos ao longo das gerações, manifestados no uso de materiais locais, na elevação das edificações, na flexibilidade dos espaços internos e na adaptação constante às cheias e vazantes dos rios. Observa-se, contudo, que essas construções convivem com fragilidades relacionadas à durabilidade, à ausência de saneamento básico e à exposição a riscos ambientais, agravadas pela escassez de políticas públicas adequadas. Além disso, identificam-se transformações no modo de vida ribeirinho, especialmente entre as gerações mais jovens, que indicam mudanças na relação com o território e com a natureza. Conclui-se que a arquitetura vernacular ribeirinha de Anamã deve ser compreendida a partir de uma abordagem integrada, que reconheça seu valor cultural, social e ambiental, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios contemporâneos para a permanência desse modo de habitar na Amazônia.

Palavras-chave: Arquitetura ribeirinha; Ribeirinidade; Palafitas; Anamã/AM.

VERNACULAR ARCHITECTURE AND THE RIVERSIDE CULTURE IN THE MUNICIPALITY OF ANAMÃ/AM

Abstract: This article analyzes the vernacular riverside architecture in the municipality of Anamã/AM, understanding it as a material expression of a way of life structured by the direct relationship between the population, the river, and the natural environment. Based on the concept of ribeiridade (riverside identity), the study investigates how stilt houses and floating constructions constitute not only technical solutions to the seasonality of the Amazonian waters, but also forms of spatial, social, and cultural organization specific to this territory. The methodology is based on bibliographic and iconographic review, complemented by fieldwork carried out in August 2025, adopting a phenomenological narrative approach, involving observation of the daily life of riverside communities and local construction practices. The results show that the riverside architecture of Anamã is the result of traditional knowledge transmitted over generations, manifested in the use of local materials, the elevation of buildings, the flexibility of internal spaces, and the constant adaptation to the floods and ebbs of the rivers. However, it is observed that these constructions coexist with weaknesses related to durability, the lack of basic sanitation, and exposure to environmental risks, aggravated by the scarcity of adequate public policies. Furthermore, transformations in the riverside way of life are identified, especially among younger generations, indicating changes in the relationship with the territory and with nature. It is concluded that the vernacular riverside architecture of Anamã should be understood from an integrated approach that recognizes its cultural, social, and environmental value, while also highlighting the contemporary challenges to the permanence of this way of inhabiting the Amazon.

Keywords: Riverside architecture; Riverside identity; Stilt-houses; Anamã/AM.

ARQUITECTURA VERNÁCULA Y LA CULTURA RIBEREÑA EN EL MUNICIPIO DE ANAMÃ/AM

2

Resumen: Este artículo analiza la arquitectura vernácula ribereña del municipio de Anamã/AM, entendiéndola como expresión material de un modo de vida estructurado por la relación directa entre la población, el río y el medio natural. A partir del concepto de ribeiridade (identidad ribereña), el estudio investiga cómo los palafitos y las construcciones flotantes constituyen no solo soluciones técnicas a la estacionalidad de las aguas amazónicas, sino también formas de organización espacial, social y cultural propias de este territorio. La metodología se basa en la revisión bibliográfica e iconográfica, complementada con trabajo de campo realizado en agosto de 2025, adoptando un enfoque narrativo fenomenológico que implica la observación de la vida cotidiana de las comunidades ribereñas y las prácticas de construcción locales. Los resultados muestran que la arquitectura ribereña de Anamã es el resultado de conocimientos tradicionales transmitidos de generación en generación, que se manifiestan en el uso de materiales locales, la elevación de las edificaciones, la flexibilidad de los espacios interiores y la constante adaptación a las crecidas y reflujos de los ríos. Sin embargo, se observa que estas construcciones coexisten con deficiencias relacionadas con la durabilidad, la falta de saneamiento básico y la exposición a riesgos ambientales, agravadas por la escasez de políticas públicas adecuadas. Además, se identifican transformaciones en el estilo de vida ribereño, especialmente entre las generaciones más jóvenes, lo que indica cambios en la relación con el territorio y la naturaleza. Se concluye que la arquitectura vernácula ribereña de Anamã debe comprenderse desde un enfoque integral que reconozca su valor cultural, social y ambiental, a la vez que destaca los desafíos contemporáneos para la permanencia de esta forma de habitar la Amazonía.

Palabras clave: Arquitectura ribereña; Identidad ribereña; Palafitos; Anamã/AM.

1.INTRODUÇÃO

A arquitetura popular é definida por Weimer (2012, p. XL) como aquela que “exclui a arquitetura realizada para as elites — denominada erudita — e a dos excluídos em que, modernamente, se tem usado o termo favela e outros termos semelhantes”. Portanto, pode-se interpretar que arquitetura popular é aquela feita por quem não tem uma noção acadêmica da arquitetura, onde a informação é passada oralmente e os materiais são simples, podendo até ser oriundos da natureza.

Tendo em vista que a casa permite compreender aspectos da sociedade que a concebeu, a arquitetura residencial vernacular se torna o símbolo máximo daquelas produzidas por sociedades com culturas e tradições locais próprias (Souza, 2021). Assim, visando que tais sociedades compreenderam o ambiente onde vivem — clima, topografia, natureza —, foram criadas arquiteturas únicas, de conhecimento popular, e que se tornaram alegoria de comunidades específicas, produzindo resultados que impossibilitam sua reprodução em diferentes realidades. A habitação vernacular se torna um símbolo da comunidade e da nação a que pertence.

Muitas populações vivem em contato direto com a água, como é o caso dos *adjas* de Benim. Seu assentamento mais conhecido é construído sobre uma laguna e conta com aproximadamente 20 mil habitantes que não tem escolha a não ser edificar acima do solo (Weimer, 2012, p. 140). Essa característica de construção sobre palafitas também é muito encontrada no Brasil, como na costa brasileira e em cidades amazônicas. A forma de morar dessas comunidades acaba por ser influenciada pelo regime de cheia dos rios que afeta diretamente sua locomoção, atividades econômicas e culturais. Esse estilo de vida na Amazônia é nacionalmente conhecido, sendo seus habitantes acostumados com a relação direta com a água e as atividades oriundas deste contato.

Em vista disso, esse trabalho tem o objetivo de compreender as práticas vernaculares das palafitas amazônicas e sua permanência, por meio da análise de relações espaciais, sociais e culturais oriundas dessas construções no município de Anamã do estado de Amazonas, principalmente pautadas pela relação dos ribeirinhos com o rio.

Para isso, fez-se revisão bibliográfica e iconográfica para melhor compreensão da técnica construtiva e da vida ribeirinha, reafirmada por uma visita de campo realizada em agosto de 2025, onde foi possível observar o cotidiano dos moradores de Anamã, obtendo informações através de registros fotográficos e discussões com locais. Além disso, adotou-se uma abordagem de narrativa fenomenológica, analisando as palafitas amazônicas a partir da experiência vivida, e observação advinda das interações e do espaço na construção do cotidiano ribeirinho. Esta imersão possibilitou um olhar não apenas técnico das construções, mas simbólico e cultural representadas através da oralidade e fotografias.

2. RIBEIRINHOS, O AMBIENTE CONSTRUÍDO E O NATURAL

As construções do tipo palafita sempre estiveram presentes em todos os continentes, adaptando-se a diferentes realidades, havendo registros de moradias do tipo datadas da era neolítica e por toda a América do Sul no período da colonização europeia no século XVI. Essas primeiras ocupações demonstravam, além de um caráter cultural, uma preocupação e proteção contra enchentes e as marés (IPS, 2012; Navarro, 2022, p. 116). Ainda hoje essas construções podem ser observadas, principalmente perto de lagos, rios ou praias, com materiais oriundos de locais próximos, normalmente reutilizados, sendo essa uma experiência única da população se relacionar com sua moradia, respeitando a natureza e resultando em uma paisagem que se torna parte da identidade cultural do povo e da região (IPS, 2012).

No Brasil, essas construções estão presentes por todo o território, mas são comumente atreladas ao bioma Amazônico. Palafitas, assim como as casas flutuantes, são habitações tradicionais da cultura ribeirinha, erigidas perto de rios, lagos e igarapés da Amazônia, havendo um diálogo constante entre os ciclos da água e as construções em madeira (Pereira, et al., 2011).

Os autores Neto e Furtado (2015, 160) definem o termo ribeirinho como um perfil sociocultural que se estabeleceram às margens dos rios, articulando as relações sociais e culturais próprias desse território, expressando-se em seu comportamento, na alimentação e nos aspectos da maneira de viver. O ribeirinho não corresponde a uma tipologia do caboclo amazônico nem se limita ao habitante rural, tendo que se considerar as manifestações culturais que envolvem as particularidades e hábitos mesmo diante de processos modernizantes e transformações nas cidades ribeirinhas. De acordo com os autores, o conceito de ribeirinho deve ter ligação com as relações culturais e sociais estabelecidas a partir do rio.

Essa compreensão acerca do ribeirinho permite aprofundar a discussão sobre a noção de ribeiridade, termo que se refere ao modo de vida expresso pelas populações que vivem à margem de mananciais aquáticos, de onde se originam os meios materiais e imateriais que caracterizam o seu modo de vida. A relação intrínseca entre rio e o seu entorno em conjunto à articulação com os habitantes estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar diretamente interligada ao meio natural (Neto e Furtado, 2015, p. 159).

Araújo e Sousa (2016) relatam como o rio se faz presente na vida dos ribeirinhos, ultrapassando o sentido material, sendo parte de um campo simbólico, que inclui festejos, momentos de lazer e cultos religiosos, pressupondo uma sociabilidade apreendida desde a infância.

[...] Muitos não conseguem, não sabem discorrer sobre suas histórias de vida sem fazer menção ao rio, sem se identificar com ele, sem deixar de enfatizar sua indispensabilidade para a continuidade da vida naquelas paragens.

As águas aparecem continuamente nos relatos dos antigos e dos novos moradores, algumas vezes ao lembrar episódios da juventude, lendas e contos que se propagaram desde as antigas gerações, amizades que se edificam e se fortalecem em torno dos ajurís nos roçados e na pesca etc. [...] (Araújo e Sousa, 2016).

Partindo desse contexto, é possível conceber as configurações espaciais da paisagem ribeirinha. Ela é marcada por casas isoladas ou agrupadas, com uma distância considerável entre si, que se implantam no curso dos rios. Por conta dessas características, o rio se torna “ruas e estradas”, com o transporte sendo feito exclusivamente por canoas, “motor” ou lanchas comerciais (Neto e Furtado, 2015, p. 159). A via fluvial se torna o único meio por onde é feita a circulação, havendo as interconexões entre habitações e serviços, além de propiciar uma das suas maiores fontes de subsistência, a pesca (Azevedo e Silva, 2024, p. 5).

As palafitas são erigidas levando-se em consideração os aspectos climáticos, topográficos e os recursos naturais disponíveis. Essa atenção e adaptação das condições locais é essencial para a durabilidade e funcionalidade da arquitetura popular, sendo ela adequada a cheias, variações climáticas e a disponibilidade de materiais para construção. A maioria é feita em madeira e palha e a salvo das enchentes do rio pela elevação propiciada pelo conjunto de estacas que sustentam as habitações. (Azevedo e Silva, 2024, p. 5). Como forma de garantir continuidade e permanência das ocupações, surgem as casas flutuantes em resposta as mudanças climáticas dos meios urbanos e das florestas. Consideradas um avanço construtivo e uma evolução à técnica das palafitas, os flutuantes permitem uma melhor adaptação à sazonalidade das águas, assegurando que as famílias não sejam afetadas por atividades atípicas dos rios (Cardone e Ramos, 2019).

Para Carlos Lemos (1980), essas edificações são as consideradas “arquiteturas sem arquitetos”, construções belas de certa forma, mas que inicialmente, foram estabelecidas sem uma preocupação plástica ou estética, servindo apenas para executar sua função como habitat. Lemos designa essa arquitetura popular como “vernáculo” por expressar um trabalho executado e consumido pela própria comunidade a partir de recursos oferecidos pela natureza e que resiste, até certo ponto, às influências externas.

O vínculo da população com o ambiente construído e com o ambiente natural evidencia uma relação afetiva e a presença ativa da ribeiridade na vida dos locais. A utilização de palafitas e de flutuantes, assim como as adaptações de acordo com as necessidades dos moradores, expressam a permanência dos saberes tradicionais e da cultura ribeirinha, o domínio das técnicas e do manuseio dos materiais disponíveis e a resiliência e criatividade dessas comunidades, havendo transmissão e valorização desse estilo de vida para as gerações mais novas (Azevedo e Silva, 2024, p. 18).

3. ANAMÃ/AM

Anamã é um município do estado da Amazônia (figura 1), às margens do Rio Solimões, com área de 2.446,121 km² e cerca de 9.962 habitantes (IBGE, 2022). Sua história se inicia com a formação de agregados iniciantes que chegaram na região em busca de terras férteis e seringais, povoada de fato em 1936, com o estabelecimento de seringueiros vindos do Acre, sendo elevada a município apenas em 1982 (Anamã, s.d.). A municipalidade está localizada em uma área de sistema de lagos que promove as atividades da comunidade ao mesmo tempo que é sujeita a inundações sazonais. Moradores de outros povoados vão até Anamã em “busca de água”, com o intuito de desenvolver atividades econômicas, como a pesca. Essa inclusive, juntamente com a agricultura, constitui a base econômica de Anamã (Pestana, 2010, p. 39).

Figura 1: Localização de Anamã



Esq.: Mapa do Amazonas
Dir.: Município de Anamã e seus cursos d'água
Fonte: Autores com base do Google Earth, 2025.

A sazonalidade das águas — as inundações e secas — afeta diretamente a vida dos que vivem na cidade ou dos ribeirinhos de Anamã, impactando nas atividades da população e no seu modo de vida. A água do Solimões sobe de novembro/dezembro até junho/julho, quando atinge seu pico de inundação. Seu auge de seca geralmente acontece por outubro. Os ribeirinhos perdem suas plantações em época de inundação, tendo que esperar pela próxima seca para começar tudo novamente. Porém, a cheia permite também uma maior atividade de pesca, pelo aumento da quantidade de peixes (Pestana, 2010, pp. 42 e 44).

Os extremos de cheia ou seca são as fases mais prejudiciais para os ribeirinhos, tanto em sua produção agrícola, como também no seu modo de viver. As secas extremas não permitem a circulação de barcos maiores, impedindo viagens até outros municípios e a venda de suas mercadorias. Quando não está inundada, a circulação dos moradores é feita de bicicleta ou a pé, havendo carros apenas na cidade pertencente à prefeitura (Pestana, 2010, pp. 41 e 45). Na seca que aconteceu no município em 2005, a situação foi tão crítica que “toneladas de alimentos e medicamentos foram distribuídas (a

maioria por via aérea) no seguimento da declaração de calamidade pública na região (Pestana, 2010, p. 46)". Os moradores de Anamã já se mostram habituados com a sazonalidade e a rotina em detrimento da água, demonstrando, ao longo das gerações, a capacidade adaptativa a esse ambiente em constante alteração (Carvalho, 2016, p. 118), sendo o município popularmente conhecido como a "Veneza Amazônica".

A maioria das residências do interior do município são localizadas as margens dos cursos de água, feitas de madeira, com ou sem palafita, e existem muitos flutuantes. "Cada casa é constituída por um casal com filhos solteiros ou por um homem ou mulher idosos com filhos solteiros e um ou dois dos seus filhos casados e netos (Pestana, 2010, p. 41)." De acordo com os locais é utilizada a madeira assacu para as construções palafíticas e flutuantes. Durante as cheias, os assoalhos das residências são elevados e passarelas construídas — solução chamada de maromba —, ainda que não sejam recomendadas pela defesa civil do município por conta da correnteza dos rios e por dificultar a circulação de canoas (Costa, 2019, p. 5).

As moradias mais antigas apresentam maior qualidade técnica e construtiva, com beirais maiores, grandes varandas e detalhes em seus frontões. Enquanto as casas mais recentes são mais simples, sem varandas, com pé direito baixo e sem acabamentos, evidenciando sua menor durabilidade (Marcondes et al., 2017). Segundo o IBGE (2022) apenas 3,58% dessas residências apresentam esgotamento sanitário adequado e mais de 1/3 da população está exposta a risco de desastres naturais, afetando diretamente a saúde e a qualidade de vida dos ribeirinhos.

Possuem clara noção de território, demonstrando conhecimento tradicional e relação de dependência com os ciclos e recursos da natureza, onde se desenvolvem socialmente e economicamente, havendo assim uso de tecnologias de baixo impacto e forte identificação dos grupos sociais em razão de sua cultura (Paiva e Souza, 2015), expressando assim, uma forte ribeirinidade.

4. RELAÇÕES ESPACIAIS, CULTURAIS E SOCIAIS

Em agosto de 2025 foram conhecidas as raízes mais profundas da cultura brasileira. Após 10 dias no Amazonas, com experiências imersivas na cultura, ambiente, tradição e vivência local. A viagem de campo, que ilustra o presente trabalho, ocorreu no contexto de atuação profissional de obstetrias formadas pela EACH-USP, em conjunto com um grupo composto também por enfermeiras obstétricas e parteiras tradicionais de diferentes regiões do Amazonas. Apesar de o objetivo ter sido as ações de cuidado em saúde com foco na saúde de mulheres e gestantes indígenas e ribeirinhas, foi inevitável a experiência e a observação da vida e do cotidiano ribeirinho, assim como da constituição da arquitetura e da sua participação no seu modo de vida.

O impacto se dá já no início, através do choque térmico: a temperatura foi de 18°C em São Paulo para 35°C em Manaus, sendo este o ponto inicial, com o destino final no

município de Anamã, conhecido como “Veneza do Amazonas”. Até a comunidade o trajeto só é possível através de barco, devido à época de cheia, o rio se fez estrada e os barcos se tornam o único meio de transporte possível. Nesse primeiro momento já se experimenta uma das principais características da comunidade ribeirinha, muito habitual para estes, mas que causam estranhamento aos que chegam. Nesse período do ano, o nível da água sobe o suficiente para inviabilizar qualquer outro tipo de circulação. Portanto, os moradores, habituados com essa condição, constroem suas casas em palafitas, altas o suficiente para estarem seguros nas épocas de cheia. Assim, para além de fonte hídrica, o rio condiciona a mobilidade, arquitetura e estilo de vida dessas populações (figura 2).

Figura 2: Modo de vida ribeirinha: o rio e as palafitas



Fonte: Autores, 2025.

8

A completa dependência dos barcos é, ao mesmo tempo, curiosa e limitadora, pois evidencia um hábito cotidiano incorporado por quem ali vive, e ao mesmo tempo a desigualdade no poder de simplesmente ir e vir. As pessoas transitam com seus barcos e suas sombrinhas, em uma tentativa de se protegerem do sol ardente, indo para as igrejas, escolas ou simplesmente fazer uma visita a algum amigo ou parente. Os pescadores, ao mesmo tempo que pescam, também passam oferecendo os peixes já pescados no dia. Ocasionalmente, mais que peixe, uma vez que há a caça do macaco bugio na região, ainda que não permitida. Por outro lado, a observação deste cenário sugere que sem o acesso, a única alternativa é permanecer ilhado pelas águas dos rios em suas próprias casas. Ou seja, ainda que possa ser fator de conexão, possibilidade para trabalho e abundância de alimento, o rio separa e segrega quem não pode contar com o acesso aos barcos.

A navegação cotidiana requer um saber territorial para identificar qual direção seguir. Em uma região mais habitada é mais fácil se apoiar em pontos de referência, seja o topo da trave do que parece ser um campo de futebol, uma igreja, ou uma casa colorida. Todavia quando, ao ir para regiões menos ocupadas, tudo o que é possível ver é o horizonte azul, sem detalhes gritantes que se façam perceber e facilitar a leitura da paisagem. Nesse contexto, é a experiência das pessoas que vivem naquele lugar e suas técnicas de navegação que garantem sua orientação espacial através de uma relação

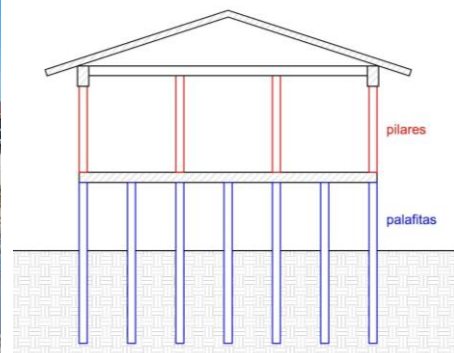
entre rio e memória. Os pontos de referência são outros, é preciso um olhar mais sensível, apurado e treinado para conseguir identificar o caminho. Essa percepção espacial é única desse meio, onde os conceitos de malha urbana e rua deixam de existir, passando seus moradores a se locomover e compreender o seu lugar de uma forma diferente, talvez nunca compreendida por um não ribeirinho, na qual — sem sinalizações e caminhos pré-estabelecidos — é necessária uma compreensão prévia da comunidade, sabendo onde os principais locais estão implantados.

A locomoção pelo rio levou à hospedagem, que ocorreu em uma base chamada Missão Despertar dos Povos, espaço que costuma receber voluntários da área da saúde ou missionários religiosos para ações com a população ribeirinha, o que reflete na arquitetura da base. Construída em palafita, a base tem diversas funções logísticas, como a de hospedagem e ponto de encontro com a população local. Logo na entrada, há uma grande passarela em formato de T, onde as pessoas têm acesso às embarcações, mas também socializam às margens do rio, vendo o movimento dos barcos e observando os jacarés à noite. As grandes varandas, tanto da base quanto das residências, são utilizadas como local de convivência.

Na parte de dentro, o cômodo principal é um grande salão com pilares bem distribuídos (como observado no corte da figura 3), possibilitando a instalação de redes na hora do descanso — inclusive ao dormir. Essa sala se mostra um ambiente flexível, sendo possível fazer reuniões, conferências ou simplesmente se organizar para as missões. Integrada ao salão principal, ficava também a cozinha e uma enorme mesa de madeira com bancos compridos de cada lado, para que todos pudessem se sentar juntos nas refeições, planejar as missões ou estudar algum caso, reforçando o caráter comunitário pensado para o lugar. Assim, a base, em essência, era uma estrutura de convívio, cuidado e circulação da nossa própria equipe e de quem vinha de fora contribuir com o propósito estabelecido.

9

Figura 3: Palafitas



Esq.: Exterior de uma palafita
Dir.: Corte esquemático feito a partir da observação
Fonte: Autores, 2025.

As residências dos ribeirinhos, em palafitas, apresentam uma configuração parecida, com interior flexível possibilitando as diferentes atividades familiares durante o ano. Seu

exterior é marcado por dois tipos estéticos (figura 3): casas em madeira sem tratamento, que expõe o teor vernacular das edificações e sua utilização puramente estrutural; e casas com acabamentos, geralmente bem coloridos, que evidenciam cuidado, manutenção e a individualização das residências conforme o gosto de seus moradores, tornando-as mais agradável e aconchegante na paisagem.

Como estão implantadas diretamente na correnteza do rio, era possível perceber um leve movimento da estrutura da casa. Isso ficava mais visível quando havia pilhas de pratos na mesa antes das refeições. As louças iam dançando no ritmo do rio. Não era um balançar que provocava enjoo ou derrubava objetos, mas se fazia notar presente, relembrando a imposição do rio na edificação e em seus habitantes, que se mostravam habituados a tal rotina. A estrutura de palafitas se mostra eficiente nessas situações, pois absorve os movimentos da água sem comprometer a estabilidade da construção, permitindo que a vida siga normalmente apesar da oscilação constante.

Durante a estadia, crianças se mostravam entusiasmadas a ponto de compartilhar histórias de algumas de suas cicatrizes. Umas envolviam jacaré, outras, piranha e até ferrão de arraia. Os relatos eram contados com muita naturalidade e bravura, com risos de nossos olhares e expressões de espanto. O compartilhamento de suas experiências com tamanha leveza indica uma normalização e socialização do risco, evidenciando o contato direto dos moradores com a natureza para além do curso de água, exprimindo as características de ribeiridade descrita por Neto e Furtado (2015).

10

Figura 4: Tábuas para deslocamento



Fonte: Autores, 2025.

Dentro das comunidades, como algumas construções eram perto umas das outras, havia tábuas interconectando-as. Essas tábuas eram improvisadas, estreitas, muitas sem tanta firmeza, mas facilitavam a passagem e dispensavam o uso dos barcos, funcionando como uma estrutura informal de circulação e fazendo parte da paisagem ribeirinha. Como visto, Costa (2019) expõe que essas passarelas são comumente

chamadas de maromba, e são extremamente vulneráveis, evidenciado pela figura 4, no qual percebe-se a falta de uma estrutura mais robusta e algum tipo de segurança para o passante, ao mesmo tempo que evidencia o teor adaptativo dessa comunidade. Para quem vem de fora, todo cuidado era pouco. O deslocamento era realizado pé ante pé, às vezes segurando na mão de quem tinha mais experiência e tremendo diante do receio quanto aos riscos associados a uma eventual perda de equilíbrio e queda das tábuas. Em contraste, as crianças passavam com velocidade e destreza entre uma tábua e outra, com uma agilidade impressionante. A prática diária somada aos riscos incorporados pelo ambiente, se transformam em importante habilidade para lidar com o meio.

Dentre os muitos desafios ambientais de Anamã, como os mosquitos, ou melhor, os carapanãs e as inconstâncias dos rios, as construções em palafitas apresentavam soluções que colaboravam com um melhor conforto interno e que "incorporam estratégias bioclimáticas que refletem uma harmonia com o ambiente hostil e úmido da região (Cavalcante, 2023, p. 25315)". A elevação sobre estacas possibilitava, quando não em cheias, a circulação de ar sob as edificações e a ventilação cruzada em residências com interior flexível. Sua materialidade se adapta ao calor e a umidade, enquanto a existência de varandas — em algumas residências — sombreava, protegia contra a chuva e contra incidência solar direta.

No entanto, essas construções falham no isolamento sonoro. Suas finas paredes possibilitavam a escuta do rugido do macaco bugio pelas redondezas. Entretanto a percepção dos sons da floresta não foi imediata, precisou ser notada, aprendida, e a partir disso, entendida como voz constante. Mais uma vez, os habitantes se mostravam habituados a tais situações, se mostrando totais conhecedores do ambiente onde moram e dos animais que compartilham sua morada.

As construções em madeira, apesar de uma ótima solução arquitetônica para o meio, apresentam problemas que causam doenças em seus moradores, principalmente a falta de saneamento básico que colaboram na proliferação de infecções virais, bacterianas e enteroparasitoses (Brito et al., 2021). A falta de higiene, o contato direto com água contaminada e a deficiência da coleta de lixo colaboram para uma qualidade de vida ameaçada e expõe a falta de apoio da comunidade pela prefeitura. Um desafio enfrentado é a locomoção até hospitais e postos de saúde em caso de necessidade, por conta das longas distâncias e a instabilidade dos barcos.

Neste mesmo cenário, observou-se, por exemplo, um bugio abatido em um dos barcos dos pescadores, evidenciando práticas alimentares normalizadas para os que vivem ali. Na base, a alimentação refletia tanto os costumes locais quanto os hábitos dos visitantes: peixes dos rios, principalmente tambaqui e pacu, acompanhados de banana em diversas formas, suco de cupuaçu, cuscuz, tapioca e frutas regionais, conviviam com pratos urbanos, como macarrão e carnes com molhos industrializados.

5. PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

A precariedade da base onde foram realizadas atividades em uma das comunidades ribeirinhas — pois as madeiras que sustentavam aquele lugar estavam cedendo devido ao peso e à movimentação — evidenciou a falta de manutenção nas estruturas existentes. Ao fim, a edificação precisou ser evacuada e continuou estável, mas em um nível mais baixo do que o encontrado anteriormente.

A madeira utilizada em grande parte nas palafitas e flutuantes da cidade — chamada de assacu, açau, assacuzeiro, areeiro ou ussacu — é propícia para essas construções sobre a água devido a sua propriedade flutuante (Albuquerque, 2018). Sua abundante existência na beira dos rios permite que os próprios moradores façam as devidas manutenções em suas construções, mas ainda assim a instabilidade enfrentada por certas estruturas, por conta das cheias, das chuvas, do seu tamanho e de sua carga, faz com que eles variem o tempo exato de cuidados preventivos.

Apesar de assentamentos irregulares, é muito difícil encontrar ampliações nessas residências em palafita, o que comumente acontece em outras localidades, no qual se aproveita o máximo possível do lote — quando existente — para ampliar a residência, incorporando dificuldades bioclimáticas ou até risco de vida (Simões e Leder, 2024). Isso evidencia dois pontos: a comodidade quanto a construção atual pautada pelo uso flexível do espaço e a dificuldade estrutural para se expandir uma construção, sendo necessário a incorporação de novas estacas.

12

Quanto à relação com a natureza, percebe-se que o vínculo das crianças com o entorno é diferente das gerações mais velhas. Enquanto antes, atribuíam-se mais respeito e cuidado aos rios, após comerem doces, as crianças descartavam os papéis de bala na água como se aquele fosse o destino natural do lixo, por exemplo. A cena sugere uma mudança na visão sobre o território, atravessada pelo contato com outras referências que contribui para uma percepção da natureza diferente de seus antepassados, o que, se não cuidado de imediato, pode trazer sérias consequências para os ribeirinhos, como o nível das enchentes e a integridade de suas construções.

As mudanças do nível dos rios, aliás, já se encontram mudando todos os anos, exigindo uma rápida adaptação por parte de seus moradores. Em um pequeno espaço temporal, parte da água já se apresenta recuada, sendo possível ter outro panorama de um mesmo espaço. Na época da seca, ainda que não haja tanta abundância de alimento, as pessoas conseguem atravessar de bicicleta ou até a pé, reorganizando suas rotinas de acordo com a apresentação do rio e se aproximando de uma configuração urbanística já conhecida, se detendo de vias e caminhos determinados.

Em Manaus, ainda em áreas turísticas, a estrutura construtiva segue a mesma lógica de correlação com a água. Mesmo não sendo palafitas, há muitas construções sobre base de madeira flutuante, capazes de suportar grandes estruturas e alto número de pessoas.

Todavia, quando ficam sobrecarregadas, as bases abaixam e a água sobe entre as madeiras, trazendo inclusive baratas, algo comum no porto de Anamã, e no Parque Ecológico Janauari, por exemplo. A escolha do material evidencia que mesmo em contexto urbano, a água permanece como elemento condicional para o meio no contexto amazônico.

6. CONCLUSÃO

A análise da arquitetura vernacular ribeirinha no município de Anamã/AM evidenciou que as palafitas e suas construções não podem ser compreendidas apenas como respostas técnicas às condições ambientais da Amazônia, mas como expressões materiais de um modo de vida profundamente vinculado ao rio. A relação entre ambiente natural, cultura e espaço construído revela uma arquitetura que nasce da experiência acumulada, do saber tradicional e da adaptação contínua às dinâmicas sazonais das águas, configurando uma paisagem singular e identitária.

Ao longo do estudo, observou-se que a ribeiridade se manifesta não apenas na forma das edificações, mas também nas práticas sociais, nas relações de vizinhança, nos modos de circulação, nas estratégias de subsistência e na própria percepção espacial dos moradores. O rio, enquanto elemento estruturador da vida cotidiana, assume múltiplos papéis: via de mobilidade, fonte de alimento, espaço simbólico e condicionante direto da organização arquitetônica e urbana. Assim, as arquiteturas tornam-se extensões do território aquático, dissolvendo as fronteiras entre natureza e cultura.

Dessa forma, conclui-se que compreender a arquitetura ribeirinha amazônica exige um olhar ampliado, capaz de articular dimensões técnicas, sociais, culturais e simbólicas. Reconhecer o valor dessas construções é valorizar os conhecimentos locais e a necessidade de integrá-los a políticas públicas e estratégias de planejamento que respeitem o modo de vida ribeirinho. A arquitetura vernacular de Anamã, ao mesmo tempo em que revela permanências históricas, evidencia os desafios contemporâneos enfrentados por essas comunidades, reafirmando a importância de se pensar o habitat amazônico a partir de suas próprias lógicas territoriais e culturais.

7. AGRADECIMENTO

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro por meio da Bolsa de Mestrado do autor Vinicius Lima Oliveira (processo nº 88887.245942/2026-00).

8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Nicole. Assacu. **Flora Econômica**. Amazonas. Disponível em: <https://florestas.ufam.edu.br/floraeconomica/especies/assacu/>. Acesso em: 2 fev. 2026.

ANAMÃ (AM). História. Disponível em: <https://anama.am.gov.br/historico/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ARAÚJO, Maria Isabel de; SOUSA, Silas Garcia Aquino de. Vilas flutuantes na Amazônia: O caso da Vila Gutierrez no Careiro da Várzea/AM. In: **IV Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus (AM): 2016.

AZEVEDO, Matheus Silva; SILVA, Luiz de Jesus Dias da. ARQUITETURA VERNACULAR RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA: Um mergulho nas águas que rodeiam as palafitas nas ilhas de Abaetetuba-Pará. In: **Anais do Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernacular Popular: tradição e contemporaneidade**. Niterói(RJ): UFF, 2024.

BRITO, Lucas Soares et al. Orientar para prevenir: um relato de experiência sobre o impacto da higiene na saúde de moradores de palafitas. **Brazilian Medical Students**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 9, 2022. DOI: 10.53843/bms.v6i9.219.

CARDONE, Laura; RAMOS, Ricardo Carvalho Lima. A HABITAÇÃO FLUTUANTE COMO UMA RESPOSTA RESILIENTE: ENTRE O VERNACULAR E O CONTEMPORÂNEO. In: **VI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO**. Uberlândia (MG): 2019.

CARVALHO, Ana Cláudia Narbaes. A PESCA COMO FONTE DE RENDA NA COMUNIDADE VILA NOVA-ANAMÃ/AM. In: **Anais do I Congresso de Ciência, Educação e Pesquisa Tecnológica**. Manaus(AM): IFAM, 2016.

CAVALCANTE , Raniery Lopes da Silva. Transformação construtiva das palafitas amazônicas: desafios e oportunidades na integração de materiais não tradicionais. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 21, n. 12, p. 25307–25326, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n12-101.

COSTA, Diana Soares. ESCOLA TIPO PALAFITA: INCLUSÃO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS, ANAMÃ-AMAZONAS. 2019. in: **Anais XVIII ENANPUR**. Natal(RN): 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anamã. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/anama/historico>. Acesso em: 10 dez. 2025.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM. Palafitas à volta do planeta. Folha Informativa n. 26, p. 13. 2012.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é arquitetura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2014. 80 p.

MARCONDES, Flávio et al. Registro da moradia ribeirinha do Amazonas: a análise das técnicas construtivas em palafitas. In: **Encontro Internacional Arqumemória 5: Sobre preservação do patrimônio edificado**, Salvador (BA): 2017.

PAIVA, Cristiano da Silva; SOUZA, Geraldo Alves de. O RELATO DO CAMPESINATO E DA VIDA ACÍCLICA DOS POVOS TRADICIONAIS RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, ANAMÃ, AM. In: **II Seminário Internacional Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus (AM): UFAM, 2015.

PEREIRA, Mirna Feitoza.; SILVA, Márcio Alexandre dos Santos; BARROS, Taissa Dias. Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade. In: **Somanlu**. Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 11, n. 2. jul./dez. 2011.

PESTANA, Rita. A seca de 2005 em Anamã - Percepção e sazonalidade no Baixo Solimões. In TADEI, R.; GAMBOGGI, A. L. (Orgs.). **Depois que a chuva não veio: Respostas sociais às secas do Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil**. Fortaleza: FUNCEME, 2010.

NAVARRO, Alexandre Guida. As Pequenas Venezas americanas: revisitando as moradias de palafitas nas terras baixas da América do Sul . **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 85–120, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i2.959.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 24, p. 158–182, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p158-182.

SIMÕES, Gianna Monteiro Farias; LEDER, Solange Maria. Do assentamento irregular para a habitação seriada no Brasil: conflitos e fragmentação espacial na adaptação a uma nova forma de morar. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202424pt.

SOUZA, Luana Rocha De. ENTRE PALAFITAS E VIAS: PRÁTICAS E NEGOCIAÇÕES NA CIDADE DE MACAPÁ (AP). In: **Anais do Seminário Arquitetura Vernácula/Popular**. Salvador(BA): Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2021.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.